



CÂMARA em REVISTA

Ano II - nº 11
fevereiro de 2012

INFORMATIVO MENSAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE NITERÓI

Tudo pronto para um novo ano legislativo

A sessão de abertura do ano legislativo de 2012 está marcada para dia 15, às 17h. Na ocasião, será lida em plenário a mensagem do Executivo com suas metas de trabalho. O presidente Paulo Bagueira prevê um ano de muitos debates, bastante produtivo, com audiências públicas, votações de projetos de leis e mensagens executivas. A Secretária da Mesa Diretora e das Comissões Permanentes, um dos mais importantes setores administrativos da Câmara, com 11 funcionários, não parou nem no recesso. "Em janeiro organizamos internamente a abertura dos trabalhos", disse a secretária Rubia Secundino. **Página 4**

Concessionárias desembaraçam fios nos postes

Depois da intermediação da Câmara, as concessionárias de energia, telefonia e tevê a cabo começaram a desemaranhar, em Icaraí a fiação nos postes. **Pág. 5**

Jornalista lança livro sobre Brizola

O ex-vereador, jornalista e secretário municipal de Trabalho e Renda, Osvaldo Maneschy lançou na Câmara livro com os pensamentos de Leonel de Moura Brizola. **Página 7**



O novo diretor da Codecon, Fernando José Soares quer levar a fiscalização do Código de Defesa do Consumidor às ruas da cidade

Retomar a fiscalização do comércio da cidade e ser rigorosa, principalmente, com supermercados, revendedoras de automóveis e restaurantes de comida a quilo, que desrespeitam o Código do Consumidor, é uma das metas do novo diretor da Coordenadoria de Defesa do Consumidor (Codecon) da Câmara de Vereadores, Fernando José Soares. Em 2011, o órgão recebeu 1.004 reclamações, a maioria contra o atendimento das operadoras de celulares, seguidas de falta de entrega de mercadorias, operações de bancos e cartões de crédito, produtos com defeito e erros em faturas. Procurador de carreira do Legislativo niteroiense desde 1979, Soares conhece bem a rotina de funcionamento da Codecon. Foi um dos criadores do órgão em 1987, antes mesmo de entrar em atividade o Código de Defesa do Consumidor. "Com apoio da Vigilância Sanitária, da Fiscalização de Posturas e demais órgãos municipais, vamos voltar às ruas. **Páginas 2 e 3**

Escola técnica federal vai ser instalada no Sapê

A prefeitura de Niterói decidiu desapropriar uma área de 20 mil metros quadrados no Sapê, em Pendotiba, para o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) instalar uma unidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRJ), antigo Cefet. A escola, aguardada há mais de cem anos, vai

qualificar mão de obra para a construção naval e o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj). A luta pela instalação dessa escola na cidade vem sendo travada pela Câmara desde 2011, quando foram realizadas duas audiências públicas para tratar do assunto com a sociedade e educadores. **Página 6**

Câmara Municipal de Niterói

Mesa Diretora

Biênio 2011/2012

Presidente: Paulo Roberto Mattos Bagueira Leal
1º Vice-presidente: Carlos Alberto Pinto Magaldi
2º Vice-presidente: Padre Wilde Ricardo
1º Secretário: Emanuel Rocha
2º Secretário: Sergio Fernandes

Comissões Permanentes:

Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final

Presidente: Rodrigo Farah
Vice-presidente: Renato Cariello
Membros: André Diniz, Carlos Alberto Magaldi, e Roberto Fernandes Jales (Beto da Pipa)

Comissão de Finanças e Orçamento, Defesa do Consumidor e Direitos do Contribuinte

Presidente: Carlos Macedo
Vice-Presidente: Milton Carlos Lopes (CAL)
Membros: Sergio Fernandes, Waldeck Carneiro e Emanuel Rocha.

Comissão de Urbanismo, Transportes, Obras e Serviços Públicos

Presidente: Roberto Fernandes Jales (Beto da Pipa)
Vice-Presidente: Carlos Macedo
Membros: Renato Cariello, Rodrigo Farah e José Vitor Bissonho Júnior

Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade

Presidente: Edgar Foly (Licenciado) - José Antonio Toro Fernandes Zaff (presidente)
Vice-Presidente: Roberto Jales (Beto da Pipa)
Membros: Carlos Macedo, Milton Carlos Lopes (CAL) e Padre Wilde Ricardo

Comissão de Educação e Cultura

Presidente: José Vitor Bissonho Júnior
Vice-Presidente: Waldeck Carneiro
Membros: Sergio Fernandes, Carlos Macedo e Padre Wilde Ricardo

Comissão Administração, Estatística e Servidores Públicos

Presidente: José Augusto Vicente
Vice-Presidente: Luiz Carlos Gallo de Freitas
Membro: João Gustavo

Comissão de Saúde e Desenvolvimento Social

Presidente: João Gustavo
Vice-Presidente: Geivaldo R. de Freitas (Renatinho)
Membros: Emanuel Rocha, Rodrigo Farah e Waldeck Carneiro

Comissão de Ciência e Tecnologia e Formação Profissional

Presidente: Waldeck Carneiro
Vice-Presidente: Milton Carlos Lopes (CAL)
Membro: Sergio Fernandes

Comissão de Esporte, Turismo e Lazer

Presidente: Luiz Carlos Gallo de Freitas
Vice-Presidente: Geivaldo R. de Freitas (Renatinho)
Membro: Carlos Alberto P. Magaldi

Comissão de Segurança Pública e Controle Urbano

Presidente: Renato Cariello
Vice-Presidente: Carlos Alberto P. Magaldi
Membro: José Augusto Vicente

Comissão de Direitos Humanos, da Criança, do Adolescente, do Idoso, da Mulher e da Pessoa com Deficiência

Presidente: Geivaldo Ribeiro de Freitas (Renatinho)
Vice-Presidente: Padre Wilde Ricardo
Membros: Luiz Carlos Gallo de Freitas, José Vitor Bissonho Júnior e Waldeck Carneiro

Comissão de Fiscalização das Fundações Municipais, Autarquias e Empresas Públicas

Presidente: André Diniz
Vice-Presidente: José Augusto Vicente
Membro: Milton Carlos Lopes (CAL)

Comissão de Desenvolvimento Econômico e Indústria Naval

Presidente: Milton Carlos Lopes (CAL)
Vice-Presidente: Renato Cariello
Membro: Waldeck Carneiro

Avenida Ernani do Amaral Peixoto nº 625 Centro, Niterói, RJ - CEP: 24020-073

Tel: (21) 3716-8600 - www.camaraniteroi.rj.gov.br

Informativo mensal da Câmara de Vereadores de Niterói

Assessoria de Comunicação Social (jornalista responsável: Vinícius Martins)

Criação: Identgraf Design e Impressos Ltda

Editor: Gilberto Fontes - Textos: Eduardo Garnier - Fotos: Sérgio Gomes e Arquivo da Câmara

Câmara em revista® é uma publicação que visa aproximar a população das atividades do Legislativo niteroiense. Com circulação mensal, as edições cobrem temas como audiências públicas, principais projetos de lei em discussão e vistorias das comissões, levando transparência e mais informação para os cidadãos.

Codecon perto quei

Retomar a fiscalização do comércio da cidade e ser rigorosa, principalmente, com supermercados, revendedoras de automóveis e restaurantes de comida a quilo, que desrespeitam o Código do Consumidor; renovar o convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e criar o Conselho Consultivo de Águas de Niterói, são as principais metas do novo diretor da Coordenadoria de Defesa do Consumidor (Codecon) da Câmara de Vereadores, Fernando José Soares. Em 2011, o órgão recebeu 1.004 reclamações, a maioria contra o atendimento das operadoras de celulares.

Procurador de carreira do Legislativo niteroiense desde 1979, Soares conhece bem a rotina de funcionamento da Codecon. Foi um dos criadores do órgão em 1987, antes mesmo de entrar em atividade o Código de Defesa do Consumidor. "Com apoio da Vigilância Sanitária, da Fiscalização de Posturas e demais órgãos da municipalidade, vamos voltar às ruas. Entre outras medidas estaremos verificando a afixação de telefones dos órgãos de defesa do consumidor no comércio, a obrigatoriedade da colocação do preço nas mercadorias a vista; e coibir a prática de valores diferenciados para vendas à vista e no cartão de crédito", explica Fernando. A troca de mercadorias com defeito, fora do prazo estipulado em lei, será outra meta a ser atingida pela Codecon.

"Na área específica dos self services e dos alimentos pré-pesados vendidos em supermercados, a Codecon dispõe de balança aferida pelo Inmetro e pelo Ipem para conferência. A lei deixa passar uma margem de 5% de erro, mais que isso configura fraude ou problemas de aferição", adianta o coordenador. Soares pretende, ainda, realizar palestras sobre administração de consumo para crianças, adolescentes e pessoas da terceira idade. "Vamos às escolas, às empresas e abrir a Câmara para explicar os direitos do cidadão desde cedo", disse. Convênio a ser assinado com a OAB pretende utilizar estagiários de Direito no apoio ao trabalho de campo.

Outra proposta que será implementada ao longo

Codecon vai às ruas ver de perto as queixas de consumidores



Fernando José Soares, diretor da Codecon, quer levar o órgão às ruas para fiscalizar de perto o comércio, à luz do Código de Defesa do Consumidor

PRINCIPAIS DEMANDAS:

1º – Telefonia celular.....



2º – Produtos não entregues.....



3º – Bancos e cartões de crédito.....



4º – Produtos com defeito....



5º – Problemas com faturas e contas....



PRAZOS PARA RECLAMAÇÕES:

- 30 dias para bens não duráveis, como alimentos.
- 90 dias para produtos duráveis, como eletrodomésticos.

ANTES DE PROCURAR A CODECON

Retorne à loja que vendeu o produto e faça uma reclamação por escrito.

CASO NÃO RESOLVA: Procure a Codecon com a carteira de identidade, CPF, nota fiscal, recibo ou contrato de prestação de serviço.

TELEFONES: 2620-0431 ou 2613-6705

ENDEREÇO: Avenida Amaral Peixoto 625 – Nos fundos da Câmara de Vereadores

E-MAIL: codecon.nit@gmail.com

EM 2011, O ÓRGÃO RECEBEU:

- Reclamações – 1.004
- Casos resolvidos com negociação – 79%
- Casos transformados em processo – 12%
- Sem solução ou no aguardo – 9%

deste ano será a instalação do Conselho Consultivo de Águas de Niterói. “Já temos um conselho parecido na Ampla que servirá como modelo. Os membros reúnem-se uma vez por mês, agilizam demandas e estreitam o relacionamento entre consumidores e a empresa.

É um instrumento fundamental para evitar processos desnecessários, perda de tempo e insatisfação dos consumidores”, acredita Fernando Soares. Ano passado a Coordenadoria firmou convênio de cooperação técnica com a ANS (Agência Nacional de Saúde) para

resolver demandas referentes aos planos de atendimento médico. A Codecon atende de segunda à sexta-feira, em horário comercial, pelos telefones 2620-0431 ou 2613-6705, e pode ser acessada pelo endereço eletrônico codecon.nit@gmail.com.



Mesa Diretora tem o apoio de Secretaria



Rubia Secundino chefia a Secretaria da Mesa Diretora que cuida do acompanhamento de todos os trâmites

Até 2008 era chamado de Departamento Legislativo, termo ainda muito utilizado interna e externamente. É responsável pela movimentação e acompanhamento de todo o trabalho produzido pelos vereadores. Projetos de lei; requerimentos de informação; audiências públicas; indicações legislativas; moções diversas; projetos de resolução; decretos legislativos; substitutivos; emendas à Lei Orgânica, ao Regimento Interno, ao Orçamento; pareceres das comissões; atas; anais; taquigrafia. A Secretaria da Mesa Diretora e das Comissões Permanentes funciona ininterruptamente durante todo o ano, mesmo durante o recesso dos vereadores.

Na Câmara desde 1996 e há cinco anos à frente da Secretaria, Rubia Cristina Costa Bomfim Secundino, com apoio de 11 funcionários, entre ocupantes de cargos de comissão e do quadro efetivo, é a responsável pelo setor. “Quando um projeto

chega, por exemplo, ele é colocado em pauta. É lido, segue para as comissões permanentes, retorna, entra na ordem do dia e passa pela primeira votação. Faz todo o caminho até a segunda votação em plenário, retorna à Secretaria da Mesa Diretora, recebe os autógrafos em caso de modificação, vai ao Executivo para sanção ou veto. Em caso de veto total ou parcial volta à Câmara, é analisado, derrubado ou mantido e segue para publicação. Há casos em que o próprio Legislativo promulga a lei”, explica Rubia.

Em última análise, a função de assessorar a Mesa Diretora acaba abrindo espaço ao assessoramento de todos os 18 vereadores. “Em diferentes escalas de intensidade acabamos dando suporte também aos gabinetes. A prestação de contas do Executivo, os termos de convênio, as audiências propostas pela Mesa e pela Presidência, o orçamento da Câmara e até entrega de

medalhas, tudo passa pelo nosso setor”, conta a secretária.

Os períodos que antecedem aos recessos de janeiro e julho são considerados os mais críticos para a Secretaria da Mesa. “Em abril chega a Lei de Diretrizes Orçamentárias e começam as audiências públicas. Em novembro e dezembro é a vez do orçamento da Prefeitura, das audiências impostas pela lei e aumenta o número de mensagens encaminhadas pelo Executivo. O trabalho chega a triplicar”, revela Rubia Secundino.

Na avaliação dos funcionários da Secretaria o trabalho aumentou bastante na atual legislatura. “Além do grande número de projetos, das 16 audiências públicas obrigatórias, um grande número de outras audiências são realizadas a cada mês. Ano passado foram 54 e quase todas têm suporte da Mesa Diretora”, revela Rubia.

AUDIÊNCIAS OBRIGATÓRIAS

- Prestação de contas da Saúde – 04
- Prestação de contas do Executivo - 03
- Lei de Diretrizes Orçamentárias – 03
- Lei Orçamentária Anual – 03
- Plano Plurianual - 03

TRÂMITE DOS PROJETOS DE LEI

- Entrada na Secretaria da Mesa Diretora (SMD)
- Colocação na pauta do dia

- Leitura em plenário
- Análise das comissões permanentes
- Retorno a SMD
- Entrada na ordem do dia
- Primeira votação em plenário
- Interstício regimental
- Segunda votação
- Recebimento de autógrafos
- Envio ao Executivo para sanção ou veto
- Análise do veto
- Reenvio ao Executivo
- Promulgação da lei pela Câmara (em alguns casos)

Fiação

começa a ser organizada nos postes

Depois de intermediação da Câmara de Vereadores, a concessionária de energia elétrica e as empresas de telefonia começaram a arrumar a fiação pendurada nos postes da cidade. A Rua Moreira César, em Icaraí, foi escolhida como piloto e técnicos da Ampla, Oi, Net e demais empresas que operam em Niterói deram início ao trabalho dia 23 de janeiro. A chamada Operação Choque de Ordem calcula que, somente na Moreira César, o fim do “emaranhado” deve durar cerca de 30 dias. Dia 15 de fevereiro, vai ser feita uma vistoria pelos vereadores.

Em janeiro, o presidente do Legislativo niteroiense, Paulo Bagueira, e o vereador João Gustavo, deram início às rodadas de negociação com as concessionárias. “Evoluimos nas conversas e inserimos a administração municipal que aderiu à ideia. Visualmente é ruim para a cidade, causa um aspecto dete-



Nas ruas do Barreto, na Zona Norte, o emaranhado de fios é tanto quanto nos postes de ruas da Zona Sul

riorado e coloca em discussão a qualidade do serviço. Nem as operadoras, nem os clientes ou a cidade estão satisfeitos com a forma como os postes são utilizados atualmente”, disse Bagueira.

Na avaliação do vereador João Gustavo o papel fiscalizador da Câmara será fundamental. “Muitos moradores, comerciantes e até visitantes nos procuram com queixas e sugestões. Fizemos contato com as concessionárias e, qual não foi nossa surpresa,

ao descobrir que não há um padrão para fios de energia, telefonia, internet, TVs a cabo e demais serviços que utilizam os postes. O acordo prevê que os cabos serão identificados, ficando sob a responsabilidade de cada empresa”, disse João Gustavo.

A Clin e o Departamento de Parques e Jardins, órgãos subordinados à Emusa, participam das ações ao lado da NitTrans. As árvores têm seus galhos podados sob fiscalização da Diretoria de Iluminação Pública.

Calçada estreita não poderá ter postes

No fim do ano o plenário da Câmara de Vereadores aprovou o projeto de lei 197/2011, de autoria do vereador Luiz Carlos Gallo de Freitas, proibindo a instalação de postes, para qualquer tipo de serviço ou função, em calçadas com largura inferior a um metro. A iniciativa, em seu artigo segundo, obriga as concessionárias de energia, telefonia, internet e outras empresas, com postes instalados anteriormente a essa lei, a retirá-los no prazo de 360 dias após a publicação da lei. A proposta aguarda a sanção do prefeito Jorge Roberto Silveira para valer em toda a cidade.

“O que se vê hoje é uma total falta de respeito ao cidadão, ao inalienável direito de ir e vir. Se não bastasse ser impedido pelos postes e demais barreiras impostas aos pedestres em calçadas de



Na Avenida Amaral Peixoto, postes em calçada estreita impedem a passagem

comprimento ínfimo de nossa cidade, a falta de bom senso impossibilita a passagem de cadeirantes, idosos e de carrinhos de bebê. Aqui mesmo, bem pertinho da Câmara, no início da Avenida Amaral Peixoto, a calçada não chega a ter 60 centímetros e tem um poste no meio do caminho. Na Alameda São Boaventura também registramos situação semelhante”, destaca o vereador.



Área escolar segura na volta às aulas

Um dos projetos de lei aprovados pela Câmara e transformado em lei, de autoria do presidente da Comissão de Segurança e Controle Urbano, vereador Renato Cariello, pretende tornar mais seguro o entorno das escolas de Niterói. Agora, com a Lei 2.894, originária do PL 55/2011, ficam criadas as Áreas Escolares de Segurança (AES).

“Essa lei torna prioritária a segurança nas áreas onde estão instaladas as instituições de ensino. A Prefeitura, com o apoio da comunidade e da iniciativa privada, viabilizará a adequação dos espaços próximos às escolas, que serão indicados por placas, com ações como iluminação pública eficiente, pavimentação de ruas e manutenção de



Lei do vereador Renato Cariello cria área de segurança no entorno das escolas para proteger os alunos

calçadas, por exemplo. Também a poda de árvores, limpeza de terrenos, controle de áreas baldias, controle de prédios abandonados e retirada de entulho serão prioritárias. A fiscalização do comércio existente no entorno das escolas, em especial o ambulante, será intensificado”, explica Cariello.

A distribuição ou exposição de escritos, desenhos, pinturas, estampas ou qualquer objeto que demonstre algo obsceno ou pornográfico não será tolerada. O acesso de crianças e adolescentes a estabelecimentos que explorem a atividade de jogos eletrônicos e a *lan houses* será fiscalizado. Com a criação das áreas de segurança, o município implantará medidas de fiscaliza-

ção do uso de vias situadas no entorno dos estabelecimentos de ensino, impondo controle rígido dos limites de velocidade e sinalização adequada, especialmente nos horários de entrada e saída dos alunos. Poderá, ainda, a Prefeitura implantar programas em parceria com as diretorias das escolas, as associações de pais e mestres, comunidade escolar e órgãos da segurança pública que colaborem com a prevenção à violência e criminalidade locais. “As medidas se fazem necessárias, pois diversas são as ocorrências nestes locais, entre elas os acidentes, a venda de drogas, bebidas, assaltos e outros delitos nas proximidades das escolas”, diz o vereador Cariello.

Escola técnica federal vai ficar no Sapê

Qualificar mão de obra para os setores da construção naval e para o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj). Este deverá ser o foco central do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRJ), antigo Cefet, que será implantado em Niterói. “Historicamente são duas vocações naturais da cidade. Em paralelo, as áreas de logística e de construção civil também deverão ser implementadas. Se a liberação do terreno ocorrer conforme o previsto, as obras podem começar ainda este ano, com estimativa de atender a 1,2 mil alunos”, afirma o presidente da Comissão de Educação da Câmara, vereador Vítor Junior.

A prefeitura de Niterói vai desapropriar uma área de 20 mil metros quadrados no Sapê, Região de Pendotiba para abrigar a construção da escola técnica. O município foi contemplado pelo



O IFRJ vai trazer os cursos técnicos para Niterói

Divulgação/ IFRJ

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) referendado pelo Governo Federal em outubro passado. A luta pela construção de uma escola técnica tem sido travada pela Câmara de Vereadores há muito tempo. Em 2011 duas audiências públicas foram realizadas para debater o assunto com a sociedade, autoridades e especialistas na questão.

Em 11 de janeiro deste ano, um termo de compromisso foi assinado pelo prefeito Jorge Roberto Silveira e enviado ao reitor do IFRJ, Fernando César Gusmão. No documento o chefe do Executivo compromete-se a, num prazo máximo de 150 dias, “promover a transferência dominial” e dotar o entorno da infraestrutura necessária. O termo deixa claro que o não cumprimento da transferência do imóvel para implantação do campus Niterói “autoriza a instituição a buscar outro município”.

Aviões vão deixar de voar sobre os edifícios

Gilberto Fontes



Aviões que decolam ou chegam ao Santos Dumont fazem barulho sobre prédios do Ingá e do Centro

Depois de uma luta que começou em 2010, por iniciativa dos vereadores Rodrigo Farah e Roberto Jales, o Beto da Pipa, o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DCEA) analisa novas rotas e procedimentos para pousos e decolagens no Aeroporto Santos Dumont. Moradores do Ingá, São Domingos, Gragoatá, Boa Viagem, Icaraí, Centro e Ponta da Areia solicitaram à Câmara de Vereadores providências para cessar o forte barulho provocado pelas aeronaves em sobrevoo sobre os bairros. A Câmara deve marcar nova reunião com técnicos da Secretaria Estadual do Ambiente (SEA) e estuda a possibilidade de convocar uma audiência pública para discutir o assunto com moradores e autoridades envolvidas.

— Em 2010, eu e meu colega de partido, o vereador Beto, fizemos um requerimento e fomos pessoalmente conversar com a então secretária de Meio Ambiente, Marilene Ramos. Final-

mente estamos vendo os resultados e vamos buscar, agora, a conclusão do Estudo de Impacto Ambiental solicitado pela Secretaria. Há um compromisso da ex-secretária, hoje à frente do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), em enviar o relatório à Câmara — disse Farah.

Conforme o DCEA, a maioria das manobras para pouso e decolagem no Santos Dumont ocorre na frente sul, por conta da predominância dos ventos naquela região. Isto faz com que os aviões saiam pela entrada da Baía de Guanabara sobrevoando bairros de Niterói. Com rota aérea restrita, para evitar a proximidade com o tráfego que chega e sai do Aeroporto Internacional Tom Jobim, e levando em consideração o tamanho reduzido da pista, os aviões precisam colocar mais potência nos motores, aumentando o índice de poluição sonora.

— Não somos especialistas no assunto, mas

entendemos as explicações dos técnicos. Entretanto, não podemos deixar a população insegura e tendo seu descanso prejudicado. Às vezes estamos no Centro e temos a sensação de que um avião está baixo demais. Algo precisa ser feito — acredita Beto da Pipa.

Uma alternativa para reduzir o barulho seria, segundo pilotos e operadores de voo a chamada “aproximação em descida contínua”, onde o tempo de permanência dos aviões em aproximação para pouso seria reduzido na Zona Sul do Rio e sobre Niterói.

O Inea pede que moradores informem sobre barulho excessivo para o e-mail <faleconosco@inea.rj.gov.br>. Segundo o Inea os níveis de ruído toleráveis são de 55 decibéis à noite e durante a madrugada, mas eles costumam chegar a 90 decibéis, bem acima do permitido, no caso dos aviões sobre a cidade.

Jornalista lança livro de discursos de Brizola

O ex-vereador de Niterói, jornalista, escritor e atual secretário municipal de Trabalho e Renda, Osvaldo Maneschky, escolheu a Câmara para o lançamento de seu livro. A noite de autógrafos de “Leonel Brizola: a legalidade e outros pensamentos conclusivos”, escrito em parceria com Apio Gomes, Madalena Sapucaia e Paulo Becker, atraiu amigos, jornalistas, autoridades e estudiosos da política brasileira ao Legislativo.

Entre os muitos admiradores do ex-governador Brizola presentes, as brizolistas históricas Marlene Barroso, Luiza Mendonça e Janete Colier eram as mais animadas. “Brizola nunca vai morrer no coração da gente e na memória da política brasileira”, disse Janete. O livro mostra a opinião de Brizola sobre diversos temas políticos atuais, através das transcrições de suas falas de 1991 a 2004.



Maneschky e as brizolistas Marlene Barroso, Luiza Mendonça e Janete Colier

— Brizola era uma figura singular. No tempo em que convivi com ele aprendi muito. Um grande brasileiro, homem de caráter e de coragem. Foi o único a ter peito de enfrentar os militares em 61 e em 64. Nesse livro tentamos fazer um resgate da Cadeia da Legalidade e mostrar a importância do rádio em todo o processo — conta Maneschky, que foi assessor de Imprensa do ex-governador fundador do PDT, que se estivesse vivo completaria agora 90 anos.



NO PLENÁRIO



André Diniz (PT)

André Diniz da Silva, desde que assumiu seu mandato, apresentou 53 projetos de lei, 147 indicações legislativas e entregou 41 moções de congratulações e aplausos. Em 2011, mesmo estando licenciado para assumir a chefia da Representação do Ministério da Cultura para os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, teve aprovado o projeto de lei 246/2010. A iniciativa institui a obrigatoriedade de todos os empreendimentos de interesse turístico em Niterói, manterem adaptações de acessibilidade para idosos e pessoas com deficiência.

Também teve publicada lei em Diário Oficial por conta da aprovação do projeto 55/2010. A proposta trata da instalação de painel opaco, colocado entre os caixas e os clientes em espera, em todas as agências bancárias e instituições financeiras da cidade.

Diniz retorna à Câmara no lugar do primeiro suplente, Leonardo Giordano, e assume automaticamente a presidência da Comissão Permanente de Fiscalização das Fundações Municipais, Autarquias e Empresas Públicas. O vereador também passa a integrar a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final como membro efetivo.

2620-6754

Gabinete 72

vereador@andrediniz.com.br



Bagueira (PPS)

Paulo Roberto de Mattos Bagueira Leal apresentou o projeto 357/2011, instituindo o Dia Municipal do Amigo da Adoção, a ser comemorado anualmente em 12 de dezembro. A data, se aprovada a lei, passará a integrar o calendário oficial de eventos de Niterói.

“Com este projeto pretendemos chamar atenção para um grave problema social e, de forma objetiva, estimular as famílias a adotarem crianças e adolescentes (órfãos ou abandonados) com necessidades especiais; interraciais ou grupo de irmãos, proporcionando-lhes um lar, carinho, educação, alimentação e moradia, fundamentais para a formação de todo ser humano. A proposta também tem o intuito de minimizar o sofrimento de milhares de crianças e adolescentes, causado pela institucionalização, buscando soluções adequadas para o problema do abandono com a adoção dessas crianças e adolescentes em condições adversas. São raros os casos de adoção de adolescentes; de menores negros ou com problemas mentais”, afirmou o vereador.

Em dezembro a Câmara pautou sua festa de Natal no tema da adoção.

2613-6765

Gabinete 20

vereadorbagueira@gmail.com



Beto da Pipa (PMDB)

Roberto Fernandes Jales, o Beto da Pipa, apresentou em plenário cinco projetos de lei, oito moções de congratulações e aplausos e 75 indicações legislativas em 2011. Em vistorias realizadas pelo vereador foram constatados postes de iluminação pública danificados, com risco de desabamento, localizados na Estrada Francisco da Cruz Nunes, no Cantagalo, e na Rua Heliomar Braga dos Santos, no Maceió. A fim de solucionar esses problemas, foram enviados ofícios à Ampla solicitando a devida troca.

O vereador também está mobilizando as lideranças políticas de seu partido para que a obra de reforma e ampliação da Policlínica do Largo da Batalha seja retomada pela Fundação Municipal de Saúde. Em encontro com o ministro Moreira Franco, da Secretaria de Assuntos Estratégicos, teve a garantia de que o Ministério da Saúde vai liberar o restante dos recursos para que a obra seja retomada.

Depois de concluídas a reforma do prédio, a unidade contará com a policlínica no segundo piso e um pré-hospitalar no térreo, que vai funcionar nos moldes da Unidade Municipal de Urgência Mario Monteiro, instalada no Cafubá.

2620-3179

Gabinete 87

betodapipa@yahoo.com.br



Cal (PP)

Milton Carlos da Silva Lopes, o Cal, apresentou três projetos de lei, cinco indicações legislativas e uma moção de congratulações e aplausos ao longo do ano de 2011. Dentre os projetos de lei, um é para que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade forneça certidões no prazo de 30 dias. A proposta encontra-se em análise nas comissões permanentes da Casa.

Outra iniciativa de autoria do vereador proíbe a emissão de certidão negativa de tributos municipais com a informação "sob ação fiscal". O projeto aguarda sanção do prefeito Jorge Roberto Silveira. Já o projeto 316 modifica a fração urbana da Sub-Região Centro, tendo sido recebido pela Secretaria da Mesa Diretora.

As indicações legislativas solicitam obras nos bairros de São Francisco (Zona Sul), Piratininga (Região Oceânica) e Pendo-tiba. Os pedidos vão desde a poda de árvores e limpeza de bueiros à drenagem e pavimentação. A moção foi dirigida ao empresário Joventino Sabino Trindade, do Projeto Comunitário de Inclusão Digital da Ilha da Conceição. Milton Cal é presidente da Comissão de Indústria Naval e Desenvolvimento Econômico.

2622-2911

Gabinete 36

vereadorcalcamaradeniteroi@yahoo.com.br



Carlos Macedo (PRP)

Carlos Alberto de Macedo, entre outras atividades como vereador, apresentou ao longo do ano passado, seis projetos de lei, 25 indicações legislativas e três moções de congratulações e aplausos.

Entre os projetos estão o que pede o tombamento, como patrimônio cultural e imaterial, do circuito turístico conhecido como Caminhos de Darwin, na Serra da Tiririca, e o que aplica novos parâmetros urbanísticos para a construção de escolas, faculdades e universidades em Niterói.

Também estão entre os projetos apresentados pelo legislador o que proíbe a distribuição de material com orientações sobre a diversidade sexual nos estabelecimentos de ensino da rede pública municipal; e o 196/2011, criando e regulamentando a Área de Especial Interesse Social da Rua Estevão Faciotti, no bairro do Sapê.

Como presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, foi também o responsável pelas audiências públicas para apreciação das leis de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual; das que discutiram o Plano Plurianual e das Prestações de Contas do Executivo.

2613-6814

Gabinete 50

carlosmacedo1@oi.com.br



Emanuel Rocha (PDT)

Emanuel Jorge Mendes da Rocha teve sancionada pelo Executivo municipal a Lei 2.878, oriunda do projeto de lei 170/2011, de sua autoria.

A proposta obriga todos os estabelecimentos que comercializem gás natural veicular (GNV) a colocar, em local visível, um cartaz educativo. O texto deve informar que é "obrigatório o desembarque do veículo durante abastecimento com GNV". Caberá a Prefeitura de Niterói, através do órgão competente, fiscalizar o cumprimento da lei que foi publicada no Diário Oficial de 28 de dezembro.

"Raramente vemos as pessoas desembarcando de seus veículos para realizar o abastecimento do GNV. Por outro lado sabemos que, para o frentista, é constrangedor compelir os cidadãos a saírem de seus veículos, já que tal ato soaria como uma ordem. Casos de explosão de veículos com vítimas poderiam ser evitados apenas com o simples desembarque", explica o vereador.

Os estabelecimentos que não cumprirem a determinação estarão sujeitos a advertência, multa e até cancelamento do alvará de licença em caso de reincidência.

2620-7313

Gabinete 80

dremanuelrocha@predialnet.com.br



NO PLENÁRIO



Gallo (PDT)

Luiz Carlos Gallo de Freitas deu entrada na Secretaria da Mesa Diretora, e aguarda análise das comissões permanentes sobre seu projeto de lei 118/ 2011. A iniciativa proíbe a fabricação, distribuição, exposição, venda e utilização de adesivos para automóveis destinados ao transporte de deficientes físicos. Somente serão aceitos os adesivos distribuídos pela Associação Niteroiense dos Deficientes Físicos (Andef) e pelo Detran.

Os veículos com direito a utilização do adesivo terão 30 dias para se enquadrar à nova regulamentação. Caberá ao Executivo fiscalizar o cumprimento no tocante a utilização das vagas destinadas a deficientes nos estacionamentos.

“Atualmente são encontrados à venda em bancas de jornal, papelerias e outros locais, adesivos que identificam veículos de transporte de deficientes físicos, que dentre outras vantagens, têm vagas de estacionamento para uso exclusivo. Tais adesivos dificultam a fiscalização dos direitos dos deficientes. Com a regulamentação proposta por esta lei, serão beneficiados, exclusivamente, os portadores de alguma deficiência”, assegura o autor da proposta.

2620-4729

Gabinete 47

vereadorgallo@euvotogallo.com.br



João Gustavo (PPS)

João Gustavo Braga Xavier Pereira aguarda o trâmite do projeto de lei 230/ 2011 pedindo o tombamento do prédio do bar Chalé, na Avenida Jornalista Alberto Francisco Torres, em Icaraí, pelo seu valor tradicional e afetivo para a comunidade niteroiense.

“Na identificação dos bens a serem protegidos pelo poder público municipal devem ser levados em conta os aspectos cognitivos, estéticos ou afetivos que estes tenham para a comunidade. Considerado o 'centro de convivência' dos icaraíenses, o varandão do Bar Chalé, assim como a escadaria do Cinema Icaraí, são os dois únicos imóveis, no contorno da Praça Getúlio Vargas, que não seguiram a lei de recuo, com vistas ao alargamento daquele trecho. Figuras destacadas da sociedade, como o arquiteto Levi Menezes e o cineasta Néelson Pereira dos Santos, por exemplo, marcaram presença no espaço hoje ocupado, especialmente por renomados médicos e que varia de paisagem humana, especialmente nas manhãs de sábado e domingo ou durante a realização de eventos carnavalescos no entorno. O Chalé, que foi vizinho do extinto Le Petit Paris, atualmente é o único bar na orla de Icaraí”, justifica o autor.

2620-3732

Gabinete 58

gabinete@vereadorjoagustavo.com.br



José Augusto Vicente (PPS)

José Augusto Tavares Vicente entregou, na legislatura anterior, 14 moções de congratulações e de aplausos, apresentou ao plenário cinco projetos de lei e 959 indicações legislativas. Dentre os projetos, quatro já foram aprovados e um aguarda parecer das comissões permanentes da Casa. Um deles estabelece colocação de aviso de segurança em elevadores de prédios comerciais e residenciais e outro cria normas de postura especial para som em automóveis.

Nas quase mil indicações legislativas estão as que solicitam obras na Região Oceânica. “A indicação legislativa é parte do trabalho do vereador. As comunidades, as lideranças locais e a nossa própria observação faz com que elas existam. São pedidos de poda de árvores, recapeamento asfáltico, troca de luminárias nos postes, capina, drenagem, reposição de sinalização viária e uma série de outras ações. O vereador ajuda o Executivo a cuidar da cidade. As vezes somos atendidos e outras vezes não. Mas não fugimos do nosso papel”, diz José Augusto.

O vereador preside a Comissão Permanente de Administração, Estatística e Servidores Públicos.

2613-6718

Gabinete 85

joseaugustovicente@hotmail.com



Magaldi (PP)

Carlos Alberto Pinto Magaldi, ao longo do ano de 2011, apresentou três projetos de lei, 19 indicações legislativas e 104 moções de congratulação e de aplausos. Entre os projetos, um deles isenta da cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano os imóveis ou partes de imóveis utilizados exclusivamente por livrarias que reservem 50% do espaço de exposição, para obras de autores nacionais. Outro, institui o serviço público de coleta seletiva solidária de resíduos recicláveis em Niterói.

Já o projeto 195/2011, que aguarda sanção do prefeito Jorge Roberto Silveira, concede ao Instituto Sócio Cultural Ônix reconhecimento de utilidade pública.

Entre as 19 indicações legislativas destacam-se as que pedem a intervenção de órgãos da Prefeitura em bairros da cidade, notadamente o Fonseca, para realização de obras e melhorias. Por sua vez, as moções estão direcionadas a personalidades destacadas e com relevantes serviços prestados à comunidade nas áreas de cultura, educação, civismo, medicina e muitas mais. "A moção é o reconhecimento da cidade pelo trabalho de determinada pessoa", diz Magaldi.

2622-9760

Gabinete 44

vereadormagaldi@yahoo.com.br



Padre Ricardo (PDT)

Wilde Ricardo Rocha, o Padre Ricardo, acompanha o andamento do projeto de lei 336/2011 pelas comissões permanentes da Câmara. Se aprovada, a lei vai instituir o Programa Municipal de Aprendizagem do Jogo de Xadrez, o chamado PAX, nas escolas públicas municipais, constituindo-se matéria extracurricular.

Competirá à Secretaria Municipal de Educação a viabilização e a implantação do Programa, com objetivo de desenvolver o raciocínio lógico dos alunos, incentivar neles as atividades intelectuais e desenvolver habilidades de observação, reflexão, análise e síntese.

"Pesquisas feitas na Europa, nos Estados Unidos e em outros países, constataram que o xadrez pode ser uma excelente ferramenta pedagógica. O jogo de xadrez associa o mais puro lazer com uma chance de o aluno aprimorar seu raciocínio lógico, a tomada de decisão e as atitudes de liderança. O que é meio caminho andado para o jovem se integrar no mundo competitivo de hoje. Cada movimento no xadrez requer uma lógica profunda, já que as peças podem ter um valor relativo, há posições em que um cavalo vale mais do que uma torre, por exemplo", diz o legislador.

2620-0196

Gabinete 35

vereador.padrericardo@gmail.com



Renatinho (PSOL)

Gezivaldo Ribeiro de Freitas, o Renatinho, deu entrada no projeto de lei 372/2011 pedindo garantia de acessibilidade nas praias de Niterói para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

O artigo 2º da lei, por exemplo, diz que se existirem diferenças de nível entre o calçadão e a areia da praia, deverá ser garantido um acesso alternativo por rampa ou equipamento eletromecânico de deslocamento vertical, devendo a rampa ter a menor inclinação possível e satisfazer o estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Para a instalação de rampas, estas deverão possuir corrimões de ambos os lados. "Alguns locais, como a cidade de Barcelona, na Espanha, já tornaram suas praias acessíveis com esteiras permanentes feitas de madeira e banheiros públicos adaptados na orla. Nossa cidade deve prezar pela acessibilidade a fim de possibilitar uma considerável melhoria na qualidade de vida de seus habitantes, idosos, gestantes, pessoas com deficiência e outras pessoas com mobilidade reduzida. Niterói deve investir mais em acessibilidade e inclusão", diz Renatinho.

2620-5074

Gabinete 68

mandatorenatinho@yahoo.com.br



NO PLENÁRIO



Renato Cariello (PDT)

Renato Ferreira de Oliveira Cariello encaminhou às comissões da Câmara o projeto de lei 48/2011, que obriga as empresas de transporte coletivo que operam linhas em Niterói a estabelecerem metas para redução dos gases que causam o efeito estufa (GEE) com a substituição dos combustíveis fósseis por outros com baixo teor de carbono, como os biocombustíveis. Para cumprimento das metas previstas nesta lei ficam as empresas de transporte coletivo obrigadas a substituir o tipo de combustível em, no mínimo, dez por cento da sua frota que circula na cidade a cada ano.

“Como é sabido, os gases do efeito estufa (GEE) são aqueles que ficam acumulados na atmosfera terrestre e dificultam a passagem da radiação infra-vermelha, contribuindo, assim, para o aumento da temperatura. Devido à crescente quantidade desses gases na atmosfera, o aumento de temperatura já chega a prejudicar o equilíbrio entre os sistemas. Por isso, reduzir a emissão de dióxido de carbono, do metano e do óxido nitroso, entre outros, deve fazer parte do nosso dia-a-dia”, justifica o autor da lei. A Prefeitura deverá fazer a fiscalização e aplicar as sanções cabíveis por seu descumprimento.

2620-7935
Gabinete 67
renatocariello@oi.com.br



Rodrigo Farah (PMDB)

Rodrigo Flach Farah conseguiu a sanção do prefeito Jorge Roberto Silveira ao projeto de lei 257/2010. Com o número 2.852/2011, a nova lei institui a obrigatoriedade da realização de processo de sanitização em locais fechados de acesso coletivo, públicos e privados (climatizados ou não) a fim de evitar a transmissão de doenças infecto-contagiosas.

Os estabelecimentos que se enquadram no disposto legal são hospitais, clínicas, consultórios, escolas, creches, berçários, universidades, repartições públicas, hotéis, pousadas e motéis, entre outros.

O processo de sanitização compreende o tratamento de todos os ambientes, incluindo paredes, tetos, pisos e mobiliários, devendo ser realizado por empresa devidamente cadastrada no órgão público competente. Diz a nova legislação que somente serão utilizados produtos com comprovação de que não são nocivos à saúde e ao meio ambiente, ficando a observância das disposições estabelecidas nesta lei sob responsabilidade exclusiva de cada estabelecimento. Shoppings, restaurantes, lanchonetes, terminais rodoviários e estações de barcas também estão incluídos.

2613-6832
Gabinete 42
vereadorrodrigofarah@gmail.com



Sérgio Fernandes (PDT)

Sérgio Fernando Damas Fernandes, durante o ano de 2011, apresentou seis projetos de lei, 203 indicações legislativas e três moções. Entre os projetos sancionados pelo prefeito Jorge Roberto Silveira estão os de número 275 e o 153. O primeiro, obriga mercados e supermercados de Niterói, que possuem balança aferida junto à caixa registradora, de disporem do mesmo equipamento para conferência do consumidor próximo ao setor onde os produtos a peso são expostos.

Já o segundo projeto declara como Patrimônio Cultural Imaterial do município a procissão e os festejos religiosos dedicados à Nossa Senhora da Conceição, realizados nas igrejas de Nossa Senhora da Conceição, na Ilha da Conceição, e na Rua da Conceição, no Centro de Niterói.

As 203 indicações sugerem realização de obras em diversas localidades da cidade, principalmente na Ilha da Conceição. As três moções, todas de congratulações e aplausos, foram conferidas a Maurício Ferreira Carmelo, da Associação Desportiva Estrela Azul; a Ivan Menegassi, da Marinha do Brasil; e a Rodinei Pinto Pontes, presidente do Bloco Carnavalesco Experimenta da Ilha.

2613-6782
Gabinete 51
vereadorsergiofernandes@yahoo.com.br



Vitor Júnior (PT)

José Vitor Vieira Bissonho Junior aguarda sanção do prefeito Jorge Roberto Silveira as projetos de lei 202 e 81, ambos de 2011. O primeiro, dispõe sobre a inclusão de escova e pasta de dentes na lista de material escolar para alunos da educação infantil ao ensino fundamental.

As escolas, a cada trimestre, deverão emitir comunicado aos responsáveis lembrando da importância da troca regular de escova de dentes e da verificação permanente da presença da escova e do creme dental na mochila da criança.

A segunda iniciativa aprovada pela Câmara no fim do ano, tenta evitar a prática do assédio moral na administração municipal direta e indireta. O artigo primeiro da lei deixa claro que compete ao município o combate ao assédio que submeta servidor a procedimentos que impliquem violação de sua dignidade como funcionário ou ser humano ou, por qualquer forma que o sujeito a condições de trabalho humilhante ou degradante, incluídas práticas disciplinares abusivas por parte de superior hierárquico. Considera-se assédio moral toda ação, gesto, determinação ou palavra, praticada de forma constante.

2613-6797

Gabinete 21

vereadorvitorjunior@gmail.com



Waldeck Carneiro (PT)

Waldeck Carneiro da Silva aguarda parecer das comissões permanentes da Câmara para o que é proposto no projeto de lei 37/2011, sobre a obrigatoriedade do plantio de uma árvore por concessionárias de automóveis e de motocicletas para cada veículo comercializado. Conforme o artigo primeiro, a finalidade é a de contribuir para a formação de contínuos florestais, compensando a emissão do dióxido de carbono emitido pelos veículos automotivos.

O plantio das árvores poderá ser executado pela própria concessionária ou através de cooperativas, organizações não-governamentais ou empresas privadas habilitadas na área ambiental, com a devida supervisão da autoridade municipal competente. "Este projeto busca minimizar a proliferação de dióxido de carbono (CO²) emitido por automóveis e motocicletas que trafegam pelas vias públicas de nossa cidade. Cabe destacar que esta é uma preocupação de âmbito mundial como demonstra, por exemplo, a determinação da Comissão Europeia que, em janeiro de 2008, apresentou uma série de propostas legislativas destinadas a reduzir 20% das emissões até 2020", explicou Waldeck.

2621-0505

Gabinete 11

vereadorwaldeck@gmail.com



Zaff (PDT)

José Antônio Toro Fernandez, o Zaff, no final de 2011 deu entrada no Departamento Legislativo com o projeto de lei 365/2011. Se aprovada, a lei vai obrigar os estabelecimentos comerciais, hotéis, pousadas e albergues situados no município a possuírem, em local acessível e visível, o Código de Defesa do Consumidor impresso em inglês e espanhol, além do português.

A Prefeitura de Niterói ficará encarregada de fornecer aos estabelecimentos comerciais a tradução do Código nos dois novos idiomas. O descumprimento desta lei sujeitará o infrator às multas previstas na legislação.

"A cada dia que passa, Niterói vem se destacando tanto no cenário nacional, quanto no internacional e atraindo mais visitantes e turistas, consumidores em potencial. Com a aproximação da Copa do Mundo, Olimpíadas, a conclusão do Caminho Niemeyer, belas praias e o crescimento da indústria naval, o município vem sendo um polo atraente para turistas, empresários e trabalhadores estrangeiros que passaram a nos visitar com mais frequência. Com este crescimento surgiu a preocupação em divulgar o direito dos consumidores", destaca Zaff.

2620-1321

Gabinete 89

zaff@zaff.com.br



Meio ambiente na pauta dos vereadores

Gilberto Fontes



A instalação de pararraios nos prédios está sendo normatizada por projeto de lei do vereador Zaff

A preocupação com o meio ambiente e a sustentabilidade foi uma das matérias que mais se destacaram ao longo de 2011, na Câmara de Vereadores. Dezessete projetos de lei foram apresentados em plenário por iniciativa de Leonardo Giordano (cinco projetos de lei); José Antônio Fernandez, o Zaff (quatro); Padre Ricardo e Renato Cariello (dois, cada); e Waldeck Carneiro, Paulo Bagueira, João Gustavo, Carlos Magaldi e Milton Cal (um, cada).

O ex-vereador Leonardo Giordano é autor de propostas sobre utilização da massa asfáltica reciclada de pneus, do plantio de árvores frutíferas nas escolas e da criação do “Selo Roda Verde” em Niterói. Também por iniciativa do vereador, coletores de lixo reciclável deverão ser instalados nos prédios, bem

como sistemas de aquecimento solar.

Por sua vez, Zaff, que preside a Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade da Câmara, é autor dos projetos que normatizam a colocação de novos pararraios e o que pede a retirada desse equipamento do tipo radioativo, de fabricação proibida desde 1989 pela Comissão Nacional de Energia Nuclear, CNEN. Propôs também a criação do câmbio verde para material reciclado domiciliar; e a obrigatoriedade de um sistema de coleta e reciclagem do óleo de cozinha nos projetos de construção. O vereador também apresentou proposta para instituir o Plano de Governança Sustentável na administração municipal.

Renato Cariello trouxe ao plenário os pro-

jetos de lei que estabelecem metas para redução dos gases de efeito estufa no transporte coletivo e criam regras para reciclagem de vidros utilizados em automóveis. Padre Ricardo quer a inclusão de borracha proveniente de pneus velhos na composição de asfalto e criar o Programa de Conscientização para economia de água.

As formas de acondicionamento de ferrovelho, sucatas e material reciclável foi apresentada pelo vereador João Gustavo. Já Milton Cal, propõe que a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade forneça certidões no prazo máximo de 30 dias. Instituir o serviço público de coleta seletiva solidária dos resíduos recicláveis foi ideia apresentada pelo vereador Carlos Magaldi.

Câmara vai exibir documentário ‘Tambores’

Dando início ao projeto para transformar o Auditório Cláudio Moacyr, no segundo andar da Câmara de Vereadores, em um espaço para exibição de filmes culturais e documentários que contam a história política do Brasil e de outros países, será exibido dia 14, às 19h30m, no Plenário Brígido Tinoco, o documentário “Tambores”. Produzido pela Cinevídeo, terá a apresentação seguida de um debate com a jornalista Luana Dias, uma das produtoras do filme de 70 minutos mostrando belíssimas imagens feitas no Brasil, Qatar, China, Portugal e países da África.

Também exibido no Festival de Cinema de Maputo, capital de Moçambique, onde foi lançado, o filme mostra a cultura dos países através dos sons emitidos pelos tambores em diferentes regiões. O documentário procura traçar uma correlação cultural entre distintas culturas através dos tambores, usados para expressar diferentes momentos como, por exemplo, os de tristeza e alegria. O filme tem pro-

dução executiva de Mônica Monteiro e direção de Sérgio Raposo.

Entre os convidados para a exibição do documentário estão representantes das escolas de samba e blocos carnavalescos de Niterói e São Gonçalo. “Na palestra que fiz durante as comemorações do Dia do Samba, falei sobre o documentário e disse que era uma oportunidade única para aqueles que atuam junto às escolas de samba, já que o tambor é um dos principais instrumentos das baterias”, afirma o jornalista Mário Dias, organizador do evento.

No Brasil, o documentário mostra o trabalho desenvolvido no Maranhão com o Tambor de Crioula, uma expressão africana que envolve dança, canto e percussão de tambores, manifestação cultural tombada como patrimônio imaterial brasileiro desde 2007. “Mostramos no documentário como há muita coisa em comum entre os países retratados e seus ritmos musicais”, explica Luana.

Destino final do lixo em debate

Ulisses Franceschi



O lixo depositado em sacos nas calçadas, à espera do caminhão de coleta, deveria ser acondicionado em contêineres, como em outras cidades do país já fazem

Catadores de lixo de Niterói e municípios vizinhos, acompanhados por representantes das cooperativas, estiveram presentes à reunião da Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade (Comarhs), da Câmara de Vereadores, que discutiu o Plano Municipal de Resíduos Sólidos (PMRS) do município. Este plano deve ser cumprido até 2014, como determina a Lei Federal 12.305/2010, encontrando soluções para o destino final do lixo em Niterói. O presidente da Comarhs, vereador José Antonio Fernandez, o Zaff, o membro do Núcleo de Direito Ambiental da OAB Niterói, Luiz Sérgio Barros; e o diretor de destinação final da Companhia de Limpeza de Niterói (Clin), engenheiro Marcello Figueiredo dos Santos, participaram dos debates.

Luiz Barros falou sobre o decreto federal 7.704/2010, que regulamenta a Lei 12.305, e institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orienta-

dor para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa. Marcelo Figueiredo anunciou que o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) já liberou a licença prévia para instalação do aterro sanitário em área do Morro do Céu.

O local poderá funcionar como uma solução de tratamento e disposição final dos resíduos sólidos projetado, construído e operado com técnicas de engenharia que implicam licenciamento ambiental e monitoramento permanente. “Com isso desaparece o lixão, que é a síntese de um drama ambiental e social, pois, além de contaminar os lençóis freáticos, pode comprometer a saúde dos catadores que não utilizam equipamentos de proteção para trabalhar”, explica Barros.

Zaff adiantou que a Comarhs vai instalar, na sua primeira reunião do ano, uma Câmara Técnica de Resíduos para deliberar e sugerir projetos e campanhas, a fim de que seja

viabilizado pela Câmara o que propõe a lei 12.305. “Como secretário municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, entre 2009 e 2010, discutimos muito a questão do resíduo da construção civil, que ocupava um terço do Morro do Céu. Conseguimos resolver esta questão, o que deu uma sobrevida ao lixão. Hoje, o município utiliza resíduos sólidos da construção civil em asfaltamento, encostas, redes pluviais e outras demandas”, conta Zaff.

Como presidente da Comarhs, o vereador vai focar a questão do lixo excedente do comércio, aquele que é depositado em sacos nas calçadas e corre o risco de ser rasgado por animais e ser levado pelas águas da chuva.

— Defendo que o lixo seja colocado em contêineres, em vez de em sacos jogados na rua. Uma coleta qualificada é que tomará a cidade mais limpa e dará mais qualidade de vida à população — conclui Zaff.

Contêiner deixa as ruas limpas

É um sistema de coleta, transporte e acondicionamento de resíduos que reúne os quatro princípios básicos da limpeza: resíduo bem acondicionado, seguro, fácil de transportar e esvaziar. O sistema é composto de contêineres plásticos fabricados de acordo com normas internacionais de qualidade; sistemas automáticos para basculamento nos compactadores; lavagem e desinfecção dos contêineres. O sistema surgiu na Alemanha, em 1950, com contêineres metálicos. A partir da década de 70, com a redução do custo da resina plástica e com o desenvolvimento de máquinas de grande capacidade, o sistema se desenvolveu rapidamente pela Europa, com contêineres plásticos de

Divulgação



O caminhão recolhe o contêiner com o lixo nas ruas de Porto Alegre (RS)

capacidades de 80 a 1.7 mil litros, passando também a ser adotado rapidamente nos Estados Unidos e no Japão. No Brasil, a containerização chegou em meados da década de 90, em Santos (SP) e no Rio, e hoje é praticada pela limpeza urbana de Porto Alegre (RS).



NA HISTÓRIA

Personagens da história em visita à Câmara

Ao longo de seus 192 anos de história, a Câmara de Vereadores de Niterói foi palco de visitas ilustres, grandes festas e embates políticos. Dom Pedro II, Princesa Isabel, Luís Carlos Prestes e João Goulart foram algumas das figuras públicas que passaram pelo Legislativo niteroiense.

Segundo o pesquisador Rubens Carrilho, chefe do Arquivo de Documentação e Registro da Câmara, Dom Pedro II visitou a Casa em 1841. Em sua primeira visita a uma capital da Província após a coroação, o Legislativo preparou uma recepção à altura da família real. Com a Guarda Nacional perfilada no Jardim São João, local onde funcionava a Câmara, a população espremia-se desde as primeiras horas da manhã na Rua da Praia que, àquela época, fazia justiça ao nome. O mar “quebrava” em suas calçadas.

Conforme Francisco Tomasco de Albuquerque, em “Berço da história da Villa Real da Praia Grande e da imperial cidade de Niterói”, livro do acervo da Câmara, ao desembarcar na estação da Companhia de Navegação de Niterói foi recebido pelo Visconde de Bependi, presidente interino da Província, e pelo vereador Caetano Luís Machado, então presidindo o Legislativo da cidade. Folhas de mangueiras formaram um tapete natural à passagem do cortejo. A pedido dos vereadores, Fortunato Mazioti cantou para o imperador, como fizera outras vezes para seu pai, Dom Pedro I. Padre e também vereador, Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, recitou poesias. Depois desta recepção, o imperador voltaria a Niterói em mais sete oportunidades.

Trinta anos mais tarde, em 29 de outubro de 1871, era a Princesa Isabel quem viria inaugurar a sétima linha de bondes do Brasil e a primeira de Niterói. Puxada por burros ligava São Domingos ao sopé do Morro do Cavalão. Com quase 4 mil metros de extensão, passava pelos bairros do Ingá e Icaraí. Em dezembro seria inaugurada a segunda linha de São Domingos, passando por diversas outras ruas. Um ano depois a terceira linha, também por tração animal, ligaria o



João Goulart em visita à Câmara de Niterói, ao lado do vereador Enéas da Cruz Nunes, que presidia a mesa

Centro ao Barreto, fazendo ponto no Largo do Barradas. Após a inauguração da primeira linha, a princesa da Abolição dos Escravos participou de recepção na Câmara.

Outro ilustre visitante a passar pelo Legislativo foi o presidente João Belchior Marques Goulart, ou apenas Jango, como era conhecido. Em duas oportunidades, uma como vice e outra como presidente da República, participou de eventos na Câmara de Niterói. Em 1956, vice de Juscelino Kubitschek, foi um dos presentes em uma solenidade ao lado de Wilson de Oliveira, prefeito que mais tarde seria casado.

Já em 1985, Luís Carlos Prestes, um dos organizadores da Inten-tona Comunista, visitou a Câmara e proferiu palestra sobre a situação política do país. Para um plenário lotado, Prestes, o Cavaleiro da Esperança, como muitos o chamavam, falou sobre o Partido Comunista, o exílio, a abertura política arquitetada pelo general Golbery do Couto e Silva, e sobre a morte de Tancredo Neves. Ao contrário do que muitos acreditam até hoje, Prestes não tinha dúvidas de que Tancredo fora vítima de complicações da doença.